

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE
GESTÃO – RCI-GESTÃO Nº: 460201.A01.001.0622**

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE

EXERCÍCIO 2021

Fortaleza, junho de 2022



Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

Secretário Executivo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

Antônio Marconi Lemos da Silva

Auditor de Controle Interno

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

Auditor de Controle Interno

Coordenador de Controladoria

Marcelo de Sousa Monteiro

Auditor de Controle Interno

Coordenadora de Auditoria Interna

Ana Luiza Felinto Cruz

Auditora de Controle Interno

Coordenador de Correição

Antonio Paulo da Silva

Auditor de Controle Interno

Coordenadora de Ouvidoria

Larisse Maria Ferreira Moreira

Auditora de Controle Interno

Coordenador da Ética e Transparência

Kassyo Modesto da Silva

Auditor de Controle Interno

I - INFORMAÇÕES PRELIMINARES

DO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – RCI-GESTÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, em cumprimento às determinações apresentadas no inciso III, do art. 9º e no inciso IV, do art. 52, da Lei Estadual nº 12.509 (e suas alterações), de 06 de dezembro de 1995; no inciso XVII, do art. 14, da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018 e no Decreto Estadual nº 33.053, de 10 de maio de 2019, apresenta o Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão – RCI-Gestão da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE**, sobre o exercício financeiro de **2021**.

O RCI-Gestão está orientado pelo Decreto Estadual nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a auditoria preventiva com foco em riscos e pelo Decreto nº 33.053, de 10 de maio de 2019, que estabelece as diretrizes para elaboração do Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão (RCI-Gestão) dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo do Estado do Ceará.

As contas de gestão dos órgãos, entidades e fundos referentes ao exercício de **2021** foram analisadas tendo como base a estrutura da Administração Pública contida na Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e suas alterações.

A geração do RCI-Gestão foi realizada de forma automatizada pela equipe do Observatório da Despesa Pública do Ceará (ODP.Ceará), da Célula de Informações de Controle, no âmbito da Coordenadoria de Controladoria da CGE, em conformidade com as normas e procedimentos técnicos aplicáveis às demandas de controle interno, com a utilização de dados disponíveis nos sistemas corporativos do Poder Executivo Estadual, bem como por meio de informações produzidas pelas áreas programáticas da CGE.

As atividades de controle interno desenvolvidas pelas áreas programáticas da CGE, relativas ao exercício de **2021**, estão consolidadas neste relatório, por meio dos relatórios elaborados pelas respectivas áreas e aqui listados, e foram desenvolvidas visando contribuir para o tratamento tempestivo dos riscos que podem ameaçar o cumprimento dos objetivos institucionais do órgão, entidade ou fundo e fornecer subsídios para identificação de oportunidades de melhoria nos processos organizacionais.

Os dados e as informações que apresentaram indícios de irregularidade foram encaminhadas ao órgão, entidade ou fundo para que esse se manifestasse no prazo determinado pela CGE.

Os indícios de irregularidades detectados no âmbito das atividades de controle interno das áreas programáticas da CGE, no exercício em análise, e não respondidos ou tratados pelo órgão, entidade ou fundo estão relatados no item “B - Trilhas Automatizadas de Auditoria” ou nos relatórios de atividades listados no presente RCI-Gestão.

II - INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Sigla - ETICE

Vinculação - SEPLAG

Natureza - EMPRESA PÚBLICA

1. Legislação Vigente no Exercício de 2021

A **Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE**, empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, da Administração Indireta, foi criada pela Lei nº 13.006, de 24 de março de 2000, modificada pelas Leis nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, e nº 14.335, de 20 de abril de 2009, vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão.

2. Competências

prestar serviços de TIC aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual aos Órgãos ou Entidades da União dos Municípios e de outros poderes à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado implementar operar gerenciar expandir e manter as redes de suporte de serviços de telecomunicações de propriedade ou posse da Administração Pública Estadual prestar serviços de transporte de dados acesso e conexão à Internet em banda larga prestar apoio e suporte às políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para órgãos e entidades do Estado e pontos de interesse público gerenciar a infraestrutura de redes objeto de concessão prestar serviços de consultoria e assessoria na área de TIC prestar serviços em nuvem computacional e prover soluções tecnológicas seja por meio de tecnologia própria da Etice ou pela integração de serviços e sistemas de terceiros fornecedores parceiros de negócios ou clientes da Etice realizar a gestão da infraestrutura corporativa de TIC da Administração Pública Estadual compreendendo a gerência da Internet a gestão de riscos e de segurança da informação além de outras que sejam definidas relacionadas à TIC assessorar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicação dos Ambientes de TIC do Governo do Estado do Ceará propor sistemas específicos e soluções de integração dos sistemas corporativos estratégicos no âmbito do Governo assessorar ao órgão competente na Administração Pública Estadual na proposição e execução das diretrizes estratégias políticas normas padrões e orientações para o uso da TIC a serem observadas pela Administração Pública Estadual definir arquitetura de tecnologia digital e desenvolver estrutura de sustentação de plataformas digitais apoiar a governança digital da Administração Pública Estadual construir e gerenciar os processos referentes às aquisiçõescontratações corporativas de bens e serviços de TIC no âmbito do Governo do Estado do Ceará prestar assessoramento técnico ao órgão competente na Administração Pública Estadual na análise e emissão de pareceres referentes às aquisições de bens e serviços de TIC não padronizados pelos Órgãos e Entidades estaduais inclusive para contratação de serviços de consultorias em TIC desenvolver estudos e pesquisas científicas visando a identificação de soluções estratégicas e estruturantes de TIC fomentar a geração de clusters de inovação na área de TIC no Estado seja de forma interna seja através de ações indutoras ao ambiente externo

dentro do Estado executar outras atividades que lhe forem definidas em legislação específica

3. Finalidades

Contribuir com um Estado eficiente, justo e transparente, através da execução de políticas de inovação na área de TIC

4. Receitas

Tesouro Estadual e prestação de serviço remunerada.

III - ETICE EM NÚMEROS

O objetivo deste capítulo é apresentar informações gerais de natureza orçamentária e financeira relativas à execução das despesas por categoria econômica, grupo de natureza, fontes de recursos, especificando as despesas com pessoal, contratos e parcerias.

1. Execução da Despesa por Categoria Econômica e por Grupo de Natureza de Despesa

A Tabela 1 apresenta a execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza de despesa (GND), o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

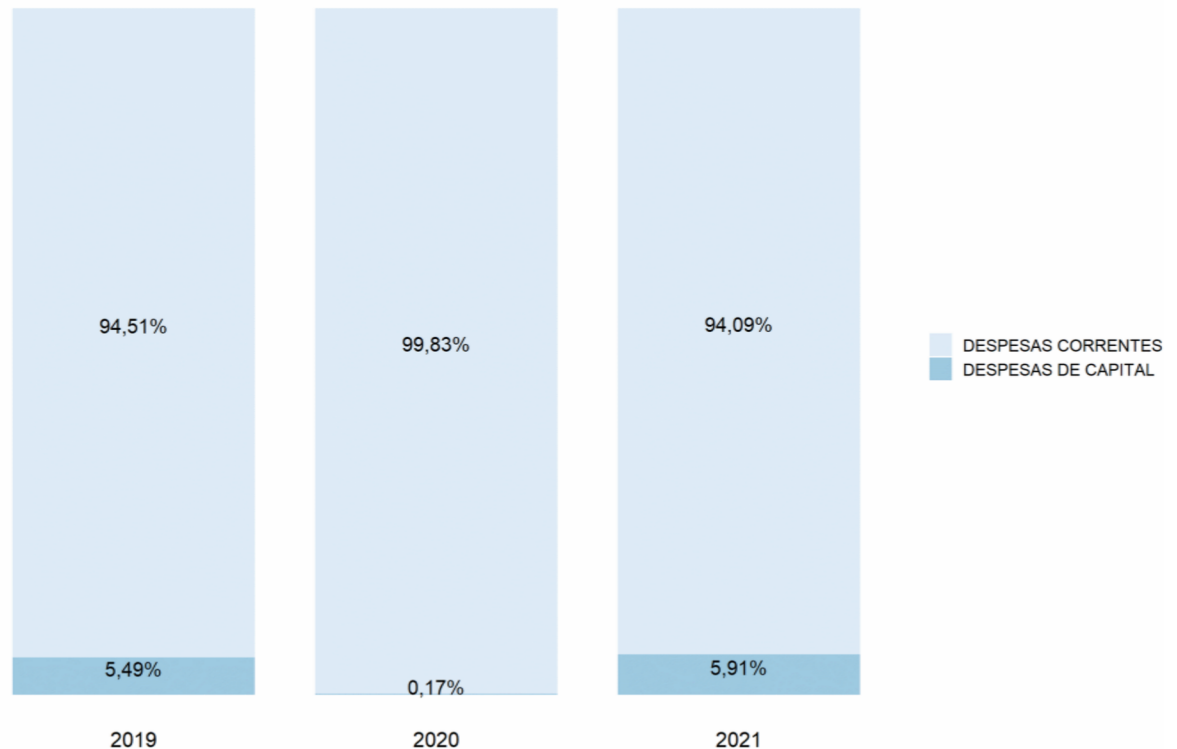
Tabela 1 - Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – R\$ 1.000,00

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Grupo de Natureza de Despesa	(I)		(II)		(III)	
DESPESAS CORRENTES	133.379,62	124.982,86	110.362,98	110.097,44	82,74%	94,09%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.369,55	39.824,12	39.204,62	38.939,07	97,11%	33,42%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.010,07	85.158,74	71.158,36	71.158,36	76,51%	60,67%
DESPESAS DE CAPITAL	31.461,95	12.401,10	6.931,55	6.931,55	22,03%	5,91%
INVESTIMENTOS	31.461,95	12.401,10	6.931,55	6.931,55	22,03%	5,91%
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	164.841,57	137.383,96	117.294,54	117.028,99	71,16%	100,00%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 1 apresenta a evolução percentual da participação da liquidação da despesa por Categoria Econômica nos três últimos exercícios financeiros.

Gráfico 1 - Evolução Percentual da Participação da Despesa Executada por Categoria Econômica



2. Execução da Despesa por Fonte de Recursos

A Tabela 2 apresenta a execução da despesa (liquidação) por Fonte de Recursos e Subfontes, o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

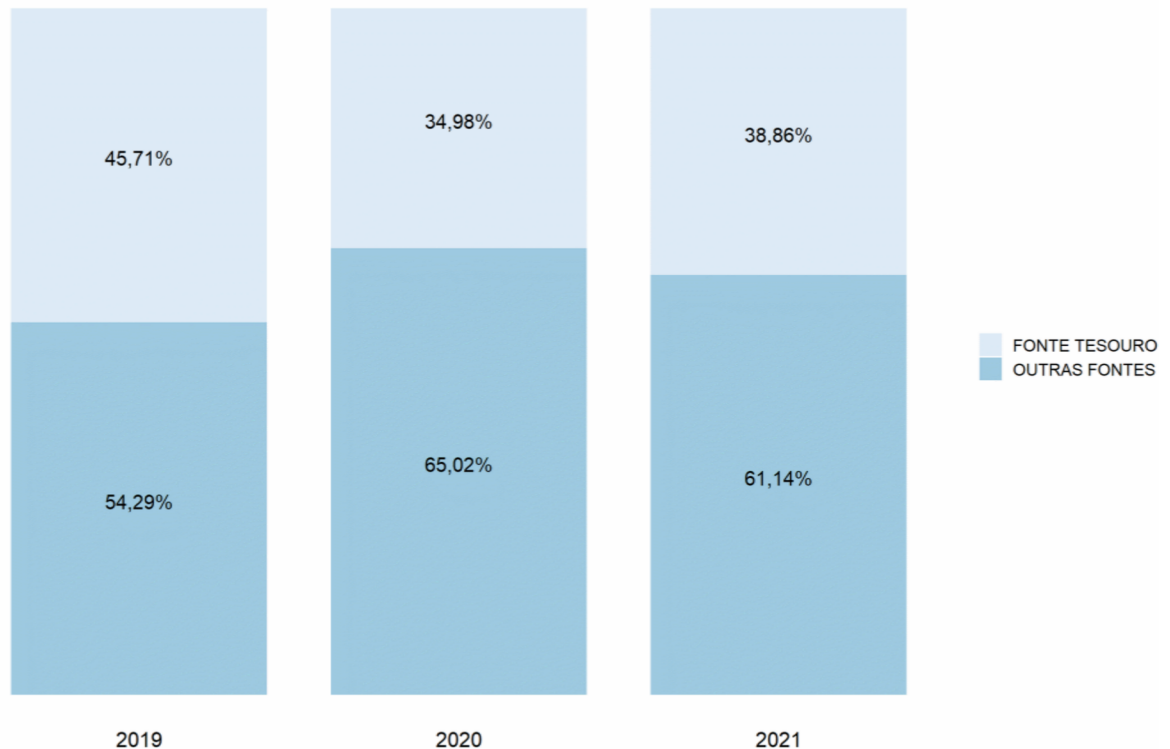
Tabela 2 - Execução da Despesa por Fonte de Recursos – R\$ 1.000,00

FONTE DE RECURSOS	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Subfonte	(I)		(II)		(II/I)	
FONTE TESOURO	61.110,66	51.602,20	45.575,51	45.309,97	74,58%	38,86%
00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	51.665,76	42.366,00	36.958,82	36.958,82	128,69%	31,51%
01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	9.300,00	9.236,20	8.616,70	8.351,15	92,65%	7,35%
12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	144,90	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTRAS FONTES	103.730,91	85.781,76	71.719,02	71.719,02	69,14%	61,14%
70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	103.730,91	85.781,76	71.719,02	71.719,02	69,14%	61,14%
TOTAL	164.841,57	137.383,96	117.294,54	117.028,99	71,16%	100,00%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 2 apresenta a evolução percentual da participação da liquidação da despesa por grupo de fontes nos três últimos exercícios financeiros.

Gráfico 2 - Evolução Percentual da Participação da Despesa Executada por Grupo de Fontes



3. Execução da Despesa por Elemento de Despesa

A Tabela 3 apresenta a execução da despesa (liquidação) por Elemento de Despesa, o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 3 - Liquidação por Elemento de Despesa – R\$ 1.000,00

ELEMENTO	LOA + CRÉDITO (I)	EMPENHADO	LIQUIDADO (II)	PAGO	EXECUÇÃO (II/I)	PARTICIPAÇÃO
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	78.653,08	71.728,22	58.871,45	58.871,45	74,85%	50,19%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.267,18	29.810,14	29.810,14	29.810,14	98,49%	25,41%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	9.882,37	9.827,40	9.207,90	8.942,36	93,18%	7,85%
OBRAS E INSTALAÇÕES	13.674,79	11.853,49	6.446,30	6.446,30	47,14%	5,50%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	18.025,88	5.678,06	5.321,86	5.321,86	29,52%	4,54%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.514,30	4.787,29	4.008,80	4.008,80	72,70%	3,42%
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.602,29	2.247,64	2.191,84	2.191,84	84,23%	1,87%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.192,83	622,38	622,38	622,38	52,18%	0,53%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.894,65	483,56	479,91	479,91	12,32%	0,41%

Tabela 3 - Liquidação por Elemento de Despesa – R\$ 1.000,00

ELEMENTO	LOA + CRÉDITO (I)	EMPENHADO	LIQUIDADO (II)	PAGO	EXECUÇÃO (II/I)	PARTICIPAÇÃO
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	200,00	179,22	179,22	179,22	89,61%	0,15%
MATERIAL DE CONSUMO	249,00	72,61	62,51	62,51	25,10%	0,05%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	438,00	55,15	53,84	53,84	12,29%	0,05%
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	40,25	20,63	20,63	20,63	51,26%	0,02%
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	11,00	7,36	7,36	7,36	66,90%	0,01%
DIÁRIAS - CIVIL	17,25	6,99	6,99	6,99	40,52%	0,01%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	9,20	3,82	3,40	3,40	37,00%	0,00%
SERVIÇO DE CONSULTORIA	115,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	34,50	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	164.841,57	137.383,96	117.294,54	117.028,99	71,16%	100,00%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

4. Despesas com Pessoal

A Tabela 4 apresenta a composição das despesas com pessoal ativo e locação de mão de obra terceirizada em substituição a servidores.

Para a identificação da locação de mão-de-obra terceirizada em substituição a servidores foram utilizadas as informações de execução do grupo de natureza de despesa – Outras Despesas Correntes, elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.

Vale ressaltar que os gastos com inativos e pensionistas são geridos pelo Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará – SUPSEC, tendo como unidades executoras o FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID.

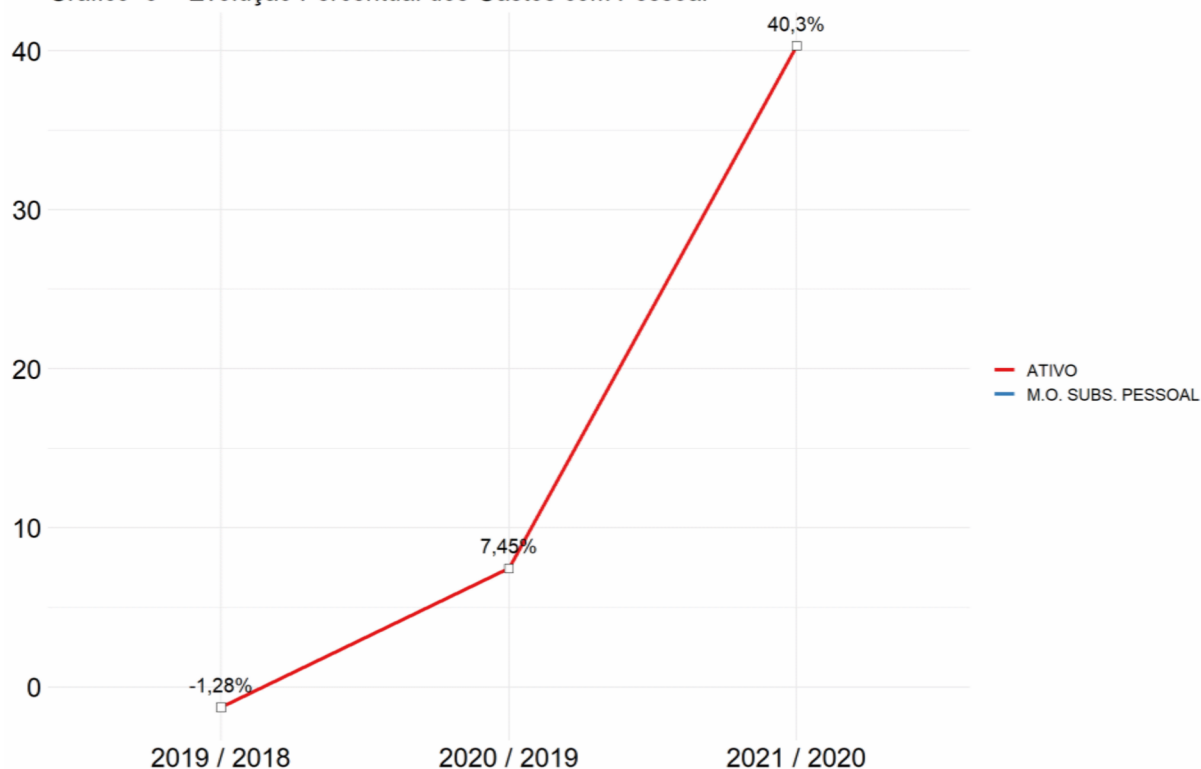
Tabela 4 - Composição das Despesas com Pessoal – R\$ 1.000,00

TIPO DE PESSOAL	2018	2019	2020	2021
ATIVO	26.342,84	26.005,44	27.943,80	39.204,62
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26.342,84	26.005,44	27.943,80	39.204,62

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 3 apresenta a evolução percentual das despesas com pessoal nos últimos três exercícios financeiros.

Gráfico 3 - Evolução Percentual dos Gastos com Pessoal



5. Quantitativo de Pessoal Ativo

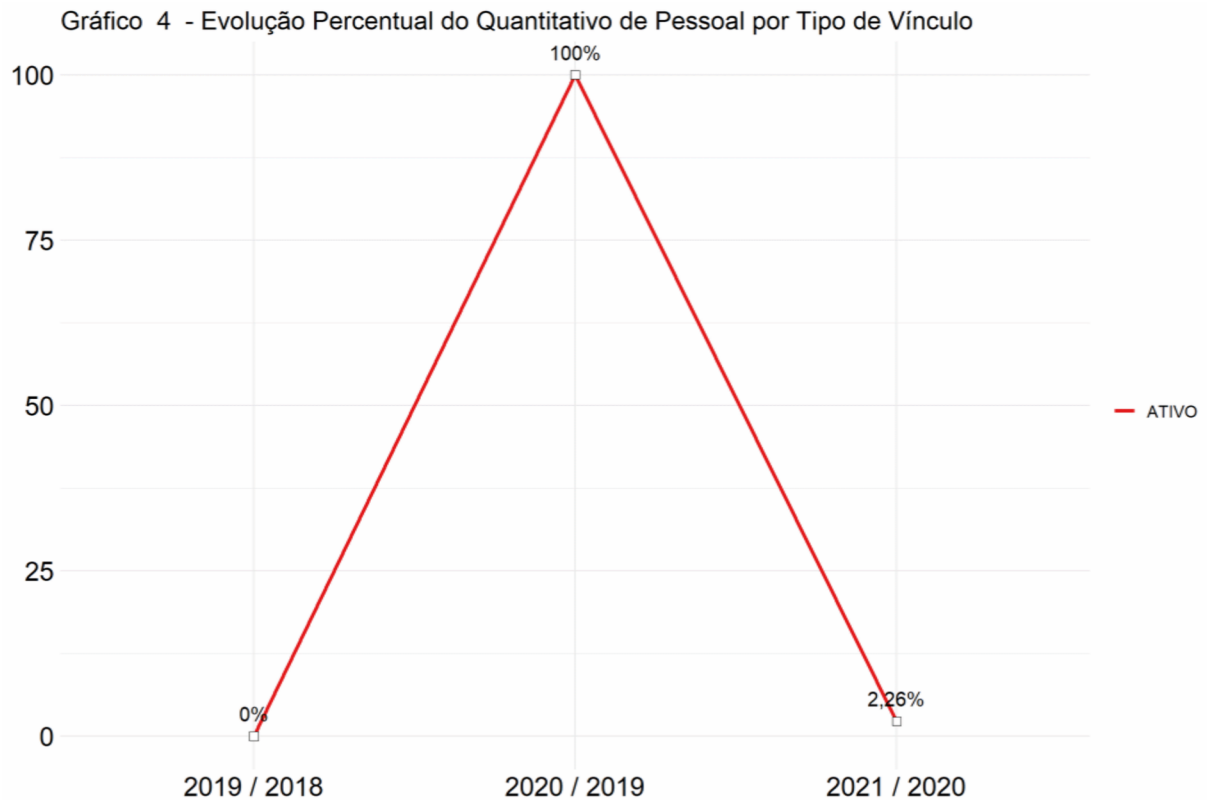
A Tabela 5 apresenta o quantitativo de pessoal ativo, por tipo de vínculo em 31/12/2021.

Tabela 5 - Quantitativo de Pessoal

PESSOAL	2018	2019	2020	2021
ATIVO	176	184	177	181
ESTAGIARIO/BOLSISTA	0	0	12	4
TOTAL	176	184	189	185

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 4 apresenta a evolução percentual do quantitativo de pessoal ativo nos últimos três exercícios financeiros.



6. Contratos com Maior Execução

A Tabela 6 apresenta os 10 contratos administrativos com maior execução no exercício de 2021, indicando o valor total do contrato atualizado, o valor liquidado no ano e o percentual de execução total do contrato.

Tabela 6 - 10 Contratos com maior execução no exercício - R\$ 1.000,00

CONTRATADO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	LIQUIDADADO NO ANO	EXECUÇÃO
GOLDEN TECNOLOGIA LTDA - ME	Contratação das empresas especializadas que detém comprovada competência para prestação de serviços como provedores de nuvem pública, de acordo com a demanda de cada órgão/entidade da administração pública.	14/08/2019 13/08/2022	43.500,00	11.289,13	25,95%
SEATIC SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS EM AUTOMAÇÃO EM TIC LTDA	Chamada de oportunidade de serviços de nuvem pública nº 004/2020, aderente ao edital de pré-qualificação permanente de serviços em nuvem nº 001/2019 - etice.	29/07/2020 28/07/2022	12.437,50	8.095,98	65,09%
MASTER CONSTRUÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	contratação de solução de computação em nuvem (ccp) e serviços de fibra óptica, incluindo fornecimento de materiais e acessórios, com instalação, de acordo com quantitativos descritos no subitem 3.1.1 e especificações previstas no anexo i - termo de referência do	20/09/2021 19/09/2022	13.125,00	6.319,19	48,15%
GOLDEN TECNOLOGIA LTDA - ME	Contratação das empresas especializadas que detém comprovada competência para prestação de serviços como provedores de nuvem pública, de acordo com a demanda de cada órgão/entidade da administração pública.	04/12/2019 03/12/2022	27.218,18	6.065,13	22,28%

Tabela 6 - 10 Contratos com maior execução no exercício - R\$ 1.000,00

CONTRATADO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	LIQUIDADADO NO ANO	EXECUÇÃO
SEATIC SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS EM AUTOMAÇÃO EM TIC LTDA	Chamada de oportunidade de serviços de nuvem pública nº 004/2020, aderente ao edital de pré-qualificação permanente de serviços em nuvem nº 001/2019 - etice.	12/11/2020 11/11/2022	13.619,46	4.798,01	35,23%
NÚCLEO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS LTDA - EPP	contratação de solução de computação em nuvem, fibra óptica e serviços de engenharia para manutenção de redes de fibra ópticas do cinturão digital do ceará (cdc), incluindo identificação de falhas e interrupções da rede, ajustes e procedimentos técnicos e a manutenção pre	07/08/2020 06/08/2022	15.942,96	4.774,66	29,95%
IVIA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação-tic, compreendendo os serviços de sustentação de sistemas, desenvolvimento e manutenção de sistemas	15/05/2018 14/05/2023	17.546,56	4.201,76	23,95%
LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A.	Contratação dos serviços especializados em tecnologia da informação, englobando processos de atendimento aos usuários e gestão de serviços de ti, segundo as recomendações do itil (information technology infrast	05/05/2017 04/05/2023	16.626,12	2.786,84	16,76%
UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA	Prestação de serviço de assistência médica, ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia, no plano enfermaria, destinados aos empregados da etice e seus dependentes.	05/02/2018 04/02/2023	13.488,83	2.344,58	17,38%
NÚCLEO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS LTDA - EPP	Serviço de contratação de empresas especializadas para manter o meio de transmissão sem fio do cinturão digital do ceará, prestação de serviços técnicos de vistoria, manutenção, correção e supervisão na infraest	21/12/2015 20/12/2021	18.662,50	2.261,50	12,12%
Total			192.167,11	52.936,79	27,55%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

7. Parcerias – Execução por Objeto

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2021.

8. Instrumentos de Parceria com Maior Liberação de Recursos

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2021.

9. Contratos de Gestão - Valores Pagos

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2021.

IV – AÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Neste Capítulo serão apresentadas informações relativas à atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, no exercício de 2021.

A - AÇÕES DE MONITORAMENTO DO CONTROLE INTERNO

No presente tópico são apresentadas as ações realizadas pela CGE no monitoramento do Sistema de Controle Interno, contemplando as áreas de Ouvidoria, Transparência, Controladoria, Auditoria Interna e Correição.

Diante de pendências identificadas durante o exercício, a CGE orienta que os órgãos e entidades definam um Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF, nos termos do Decreto Estadual nº29.388, de 27 de agosto de 2008 (D.O.E. 28/08/2008), para minimizar a recorrência de eventos de risco. Além disso, a CGE realiza ações de capacitação, orientação e reuniões para orientação aos gestores e responsáveis pelo controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

1. OUVIDORIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Ouvidoria (COUVI), realiza o monitoramento das demandas de ouvidoria e coordena a Rede de Ouvidoria composta por representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo. No exercício de 2021 foram verificados os aspectos relacionados às manifestações de ouvidoria, o cumprimento dos prazos e a satisfação do cidadão.

1.1. Manifestações de Ouvidoria

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são tratadas no âmbito de cada órgão ou entidade do Poder Executivo, devendo ser respondidas ao cidadão no prazo máximo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10, conforme o Decreto Estadual nº. 33.485/2020. Além do cumprimento do prazo, a CGE monitora a satisfação do cidadão. A Tabela 7 apresenta o total de manifestações registradas por tipo nos canais de Ouvidoria e encaminhados para a ETICE no exercício de 2021.

Tabela 7 - Ouvidoria - Quantidade de Manifestações por Tipo

ELOGIO	RECLAMAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	SOLICITAÇÃO
0	7	1	0	13

* Fonte: Coordenadoria de Ouvidoria – CGE

A Tabela 8 apresenta as manifestações de Ouvidoria da ETICE, indicando a situação do cumprimento dos prazos.

Tabela 8 - Ouvidoria - Situação das Manifestações de Ouvidoria

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Manifestações fora do prazo legal para conclusão	0
Manifestações que ainda estão no prazo legal para conclusão	0

13

Tabela 8 - Ouvidoria - Situação das Manifestações de Ouvidoria

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Total de manifestações recebidas no período e ainda não concluídas:	0

* Fonte: Coordenadoria de Ouvidoria – CGE

A Tabela 9 apresenta os indicadores de cumprimento dos prazos e o índice de satisfação do cidadão com a Ouvidoria da ETICE no exercício de 2021.

Tabela 9 - Ouvidoria - Cumprimento do Prazo e Satisfação

INDICADOR	REQUISITO	RESULTADO
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA	20 DIAS, podendo ser prorrogado por mais 10 DIAS	6 DIAS
PERCENTUAL DE MANIFESTAÇÕES RESPONDIDAS NO PRAZO	100%	100,0%
PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO	80%	55,0%

* Fonte: Coordenadoria de Ouvidoria – CGE

A satisfação do usuário reflete a opinião do cidadão acerca da resposta no prazo, da atuação da ouvidoria e qualidade de resposta, aspectos acompanhados pela Coordenadoria de Ouvidoria da CGE e abordados em orientações às ouvidorias setoriais, reuniões de alinhamento e treinamentos das equipes de ouvidoria.

1.2. Principais Assuntos Demandados

A Tabela 10 apresenta os assuntos mais recorrentes por tipo de manifestação, indicando os aspectos positivos avaliados pelo cidadão, os temas mais críticos e os principais fatores de risco.

Tabela 10 - Ouvidoria – Principais Assuntos Demandados

TIPO	ASSUNTO	QUANTIDADE
DENÚNCIA	PROCESSO LICITATORIO (LICITACAO)	1
	TOTAL	1
RECLAMAÇÃO	CENTRAL DE SERVICOS	2
	REGISTRO DE DOMINIO	1
	INFORMACAO SOBRE SERVIDOR	1
	CORONAVIRUS (COVID 19)	1
	CONDUTA INADEQUADA DE SERVIDOR/COLABORADOR	1
	OUTROS	1
TOTAL	7	
SOLICITAÇÃO	CENTRAL DE SERVICOS	6

14

Tabela 10 - Ouvidoria – Principais Assuntos Demandados

TIPO	ASSUNTO	QUANTIDADE
	CINTURAO DIGITAL DO CEARA	2
	PROJETOS E SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	1
	PROBLEMAS EM CONTRATOS E CONVENIOS	1
	INFORMACAO SOBRE SERVIDOR	1
	OUTROS	2
	TOTAL	13
TOTAL		21

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

2. TRANSPARÊNCIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Ética e Transparência (COTRA), realiza o monitoramento da transparência ativa e passiva dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

2.1. Transparência Ativa - Disponibilização das Informações Previstas na LAI no Site Institucional

A Lei de Acesso à Informação prevê a disponibilização de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelos diversos órgãos e entidades, a título de transparência ativa, ou seja, independente de requerimentos. A CGE monitora os principais canais de transparência ativa, incluindo os sites institucionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo, no intuito de verificar o real cumprimento dos requisitos legais.

Conforme Art. 11 da Lei Estadual n.º 15.175/2012 (Lei Estadual de Acesso à Informação), é dever dos Poderes, Órgãos e Entidades albergados por esta lei disponibilizar, independente de requerimentos, no âmbito de suas competências, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, o que vem a ser denominado de “Transparência Ativa”.

Dessa forma, com o intuito de consolidar a política de Transparência na administração pública do Estado, a Coordenação de Ética e Transparência realizou a avaliação do Ranking da Transparência do Poder Executivo Estadual, fundamentada nos requisitos de transparência ativa e passiva dispostos na Portaria CGE n.º. 231/2019.

A Tabela 11 apresenta a avaliação do cumprimento dos requisitos de transparência ativa da ETICE.

Tabela 11 - Disponibilização das Informações Previstas na LAI nos Sites Institucionais

TIPO DE INFORMAÇÃO	DISPONIBILIZA
Endereço, Telefone e Horário de Funcionamento	sim

Tabela 11 - Disponibilização das Informações Previstas na LAI nos Sites Institucionais

TIPO DE INFORMAÇÃO	DISPONIBILIZA
Estrutura Organizacional	sim
Competência da Empresa	sim
Adequação do Estatuto Social à autorização legislativa	sim
Composição da Diretoria	sim
Carta Anual do Conselho de Administração	não
Carta Anual de governança corporativa	não
Política de distribuição de dividendos	não
Política de transações com partes relacionadas	não
Relatório Integrado ou de sustentabilidade	não
Demonstrações financeiras trimestrais	parcial
Demonstrações contábeis auditadas	sim
Notas explicativas dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional.	não
Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna - RAIN	sim
Banner LAI	sim
Regulamento para definição do que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial	não
Política de divulgação de informações	sim
Relação de Informações classificadas ou desclassificadas	parcial
Perguntas Frequentes	sim
Sobre a LAI	sim
Relatório Estatístico do SIC	sim
Comitê Setorial de Acesso à informação, indicando horário de atendimento e meios de contato	sim
Carta de Serviços	sim
Avaliação dos serviços prestados	não
Divulgação do Código de Ética e Conduta (Estadual e específico, caso possua)	sim
Canal de denúncias (e demais manifestações de ouvidoria)	sim
Indicar o responsável pela Ouvidoria Setorial	sim
Relatório de Gestão da Ouvidoria	sim
Remuneração do conselho de Administração	sim

Tabela 11 - Disponibilização das Informações Previstas na LAI nos Sites Institucionais

TIPO DE INFORMAÇÃO	DISPONIBILIZA
Remuneração da Diretoria	sim
Remuneração dos membros do Conselho fiscal	sim
Remuneração de empregados	sim
Receitas e Custos relacionados a obrigações e responsabilidades distintas das demais do setor privado	sim
Regulamento interno de Licitações e Contratos	sim
Licitações e Contratações: Procedimentos licitatórios	sim
Licitações e Contratações: Pré-qualificação	não
Licitações e Contratações: contratos, com execução mensal	sim
Convênios	sim
Despesas detalhadas distintas das demais do setor privado	sim
Relação de aquisições de bens efetivadas (semestral), contendo: Identificação do Bem, preço unitário, quantidade adquirida, nome do fornecedor e valor total de cada aquisição	sim
Entrega do relatório de monitoramento da implementação e Cumprimento da Lai (Lei Estadual)	SIM
Avaliação das respostas às solicitações de informação pela CGE (de 0 a 10)	8,48
Possibilidade de registro de solicitação de informação via Rede Mundial de Computadores	sim

* Fonte: Coordenadoria da Ética e Transparência

2.2. Transparência Passiva

A Tabela 12 apresenta o desempenho do órgão ou entidade no encaminhamento dos pedidos de acesso à informação (transparência passiva), consolidadas para o exercício de 2021. Cada órgão e entidade do Poder Executivo deve responder no prazo máximo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10. No monitoramento realizado pela CGE, além do cumprimento dos prazos, também é observada a satisfação do cidadão.

Tabela 12 - Transparência Passiva – Desempenho

ACESSO À INFORMAÇÃO	RESULTADO
QUANTIDADE DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES	20
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA	4 dias
PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES RESPONDIDAS NO PRAZO	100,0%
PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO	75,00%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

A Tabela 13 apresenta as solicitações de acesso à informação da ETICE, indicando a situação do cumprimento dos prazos.

Tabela 13 - Transparência Passiva – Solicitações de Informação

SOLICITAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM 31/12/ 2021	
Solicitações que ainda estão no prazo legal para resposta	0
Solicitações fora prazo legal para resposta	0
Total de solicitações recebidas no período e ainda não respondidas	0

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

A Tabela 14 apresenta os assuntos mais recorrentes nas solicitações de acesso à informação, indicando a quantidade de solicitações que foram recebidas no exercício de 2021.

Tabela 14 - Assuntos Mais Recorrentes no Comitê Setorial de Acesso à Informação - CSAI

ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	QUANTIDADE
ORIENTAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS -10	10
INFORMAÇÃO SOBRE SERVIDOR - 4	4
PROCESSO LICITATÓRIO - 2	2
INSATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ÓRGÃO - 1	1
EMPREGO/ESTÁGIO - 1	1
PROJETOS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - 1	1
CINTURÃO DIGITAL DO CEARÁ - 1	1
OUTROS - 1	1
0,0	0
0,0	0

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

3. CONTROLADORIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT), realiza o monitoramento diário da situação do Estado no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Governo Federal. A partir das informações disponibilizadas pela STN, a CGE encaminha relatórios com a situação do CNPJ dos Órgãos e Entidades do Estado do Ceará, por meio de correio eletrônico, e formaliza ofícios para os órgãos e entidades que apresentam pendências, fornecendo orientações e solicitando a adoção de providências necessárias à regularização.

3.1. Monitoramento do CAUC - Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2021.

À CGE, conforme Decreto nº. 32.301/2017, cabe monitorar diariamente as inscrições dos diversos órgãos e entidades do Estado do Ceará no CAUC, notificando o respectivo titular ou dirigente máximo inadimplente, se for o caso, para que o mesmo informe sobre as providências tomadas para regularização da pendência o mais rápido possível. Em 31/12/2021, a ETICE não possuía anotação no CAUC.

4. AUDITORIA INTERNA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental (COAUD), realiza atividades de auditoria interna para contribuir com a melhoria dos processos e para a verificação da regularidade da gestão.

4.1. Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício

A Tabela 15 apresenta informações relativas às atividades realizadas nesta unidade no exercício de 2021. Os documentos estão dispostos por seu número, modalidade e categoria de auditoria e por seu objeto.

Tabela 15 - Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício

NÚMERO	MODALIDADE	CATEGORIA	OBJETO
460201.A01.001.0621	CONTAS DE GESTÃO	CONTAS DE GESTÃO	CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2021

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD)

5. CORREIÇÃO

A CGE, por meio da Coordenadoria de Correição (COSCO), coordena o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual orientando os órgãos e entidades quanto à instauração e condução de sindicâncias e Processos Administrativos de Responsabilização. Estão ainda entre as suas atividades, a prevenção, a neutralização e o combate à corrupção, a apuração de denúncias e as Tomada de Contas Especial.

5.1. Relatórios de Inspeções Emitidos no Exercício

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2021.

B - TRILHAS AUTOMATIZADAS DE AUDITORIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT) e da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD), elaborou no âmbito das atividades do Observatório da Despesa Pública do Ceará – ODP.Ceará, trilhas automatizadas de auditoria com o objetivo de identificar situações que possam constituir irregularidades na execução orçamentária e financeira, na gestão de pessoas e de parcerias por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Foram elaboradas três trilhas para identificar:

1. Convênios inadimplentes;
2. Servidor x Terceirizado;
3. Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário.

1. DESCRIÇÃO DAS TRILHAS

1.1. Convênios inadimplentes

Da análise dos beneficiários de transferências de recursos por meio de convênios ou instrumentos congêneres mantidos pela unidade, no exercício de 2021, **não** foram verificadas situações de inadimplência.

1.2. Servidor X Terceirizado

Da análise dos dados dos empregados constantes no Sistema de Controle de Serviços de Terceiros (SISTER) em conjunto com os dados da Folha de Pagamento do Governo do Estado do Ceará, relativos ao exercício de 2021, **não** foram verificados casos de acúmulo de cargo público com emprego em empresa terceirizada contratada junto ao Governo do Estado.

Importante frisar que a Lei Federal nº 8.666/93 em seu art. 9º, inciso III cc. §3º veda apenas os casos de acumulação no mesmo órgão. No entanto, caso a acumulação se dê em órgãos distintos, é necessária a verificação da compatibilidade de horários das atividades.

1.3. DEA - Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário

Da análise das Despesas de Exercícios Anteriores executadas no período de 2021, **não** foram verificados volumes de execução superiores aos saldos orçamentários remanescentes do ano anterior, estando em conformidade com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964.

V – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Neste Capítulo serão apresentadas tabelas com informações dos membros dos órgãos estatutários das empresas estatais, bem como informações produzidas a partir do preenchimento do formulário de autoavaliação, com fundamento na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e nos Decretos Estaduais nº 32.112/2016 e 32.243/2017.

1. Informações sobre os Membros dos Órgãos Estatutários da Empresa

A Tabela 16 apresenta as informações relacionadas aos membros, titulares e suplentes, do Conselho de Administração da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE que tiveram mandato vigente durante o exercício de 2021.

Tabela 16 - Conselho de Administração

ITEM	CARGO	REMUNERAÇÃO	MEMBROS	CPF	MANDATO	
					INÍCIO	TÉRMINO
1	TITULAR	3.500,00	José Lassance de Castro Silva	235.744.453-34	19/08/2021	19/11/2022
2	TITULAR	3.500,00	Jessika Kantnila de Melo Lima Cavalcanti Moreira	022.091.083-90	19/11/2020	19/11/2022
3	TITULAR	3.500,00	Luiz Eduardo Fontenele Barros	031.756.263-00	19/11/2020	19/11/2022
4	TITULAR	3.500,00	João Marcos Maia	060.964.683-49	19/11/2020	19/11/2022
5	TITULAR	3.500,00	Ciro José Farias Câmara	660.086.703-53	19/08/2021	19/11/2022

* Fonte: Informado pela Própria Empresa

A Tabela 17 apresenta as informações relacionadas aos membros, titulares e suplentes, do Conselho Fiscal da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE que tiveram mandato vigente durante o exercício de 2021.

Tabela 17 - Conselho Fiscal

ITEM	CARGO	REMUNERAÇÃO	MEMBROS	CPF	MANDATO	
					INÍCIO	TÉRMINO
13	TITULAR	3.500,00	Ronaldo Lima Moreira Borges	379.984.043-53	12/03/2019	19/11/2022
14	TITULAR	3.500,00	Deborah Mithya Barros Alexandre	390.352.803-00	14/05/2021	19/11/2022
15	TITULAR	3.500,00	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto	219.100.813-53	19/11/2020	19/11/2022
16	TITULAR	3.500,00	Maria Ruth de Menezes Teles	635.294.403-53	14/05/2021	19/11/2022
17	TITULAR	3.500,00	Otacílio Valentim Andrade	016.098.313-49	19/11/2020	19/11/2022
18	SUPLENTE	3.500,00	Liano Levy Almir Gonçalves	004.075.293-30	14/05/2021	19/11/2022
19	SUPLENTE	3.500,00	Paulo Sérgio Rocha	294.990.893-49	19/11/2020	19/11/2022
20	SUPLENTE	3.500,00	Marcelo de Sousa Monteiro	377.318.823-49	19/11/2020	19/11/2022

Tabela 17 - Conselho Fiscal

ITEM	CARGO	REMUNERAÇÃO	MEMBROS	CPF	MANDATO	
					INÍCIO	TÉRMINO
21	SUPLENTE	3.500,00	Raphael Herbster Martin	895.157.653-15	19/11/2020	19/11/2022
22	SUPLENTE	3.500,00	Manoel Oderno do Nascimento	060.769.473-49	19/11/2020	19/11/2022

* Fonte: Informado pela Própria Empresa

A Tabela 18 apresenta as informações relacionadas aos membros da Diretoria Executiva da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE que tiveram mandato vigente durante o exercício de 2021.

Tabela 18 - Diretoria Executiva

ITEM	CARGO	REMUNERAÇÃO	MEMBROS	CPF	MANDATO	
					INÍCIO	TÉRMINO
6	TITULAR	10.817,04	José Lassance de Castro Silva	235.744.453-34	19/08/2021	19/11/2022
7	TITULAR	6.610,42	Guilherme Albuquerque Araújo	234.855.743-68	05/08/2021	19/11/2022
8	TITULAR	6.610,42	Kelly Gonçalves Meira Arruda	001.127.053-59	19/11/2020	21/12/2021
9	TITULAR	6.610,42	Marcos Antônio Marinho Russo	267.608.353-87	05/08/2021	19/11/2022
10	TITULAR	6.610,42	Raimundo Osman Lima	213.563.603-78	19/11/2020	19/11/2022
11	TITULAR	6.610,42	Daniel Coelho Fernandes de Carvalho	618.993.213-49	19/08/2021	19/11/2022
12	TITULAR	6.610,42	Marcos Helano Martins Carneiro	378.211.133-87	08/04/2021	19/11/2022

* Fonte: Informado pela Própria Empresa

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados do Comitê de Auditoria desta unidade no exercício de 2021.

2. ASSERTIVAS/LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 E DECRETOS ESTADUAIS Nº 32.112/2016 e Nº 32.243/2017

Neste tópico são apresentadas as informações relacionadas às assertivas da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e dos Decretos Estaduais nº 32.112/2016 e nº 32.243/2017 relativas ao exercício de 2021.

Vale ressaltar que as empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da estrutura organizacional do Estado do Ceará, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, que tiveram, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00, não estão obrigadas a atender alguns requisitos da Lei Federal nº 13.303/2016.

Outrossim, no Estado do Ceará, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 32.112/2016, ficou assegurada a participação no Conselho de Administração ou equivalente de representante dos acionistas minoritários. As nomeações dos membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor,

inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente respeitam os requisitos legais estabelecidos no art. 17 da Lei Federal nº 13.303/2016.

Tabela 19 - Informações Relacionadas às Assertivas da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 32.112/2016 e nº 32.243/2017

ITEM	ÁREA	ASSERTIVAS/LEI 13.303/2016 E DECRETOS ESTADUAIS Nº	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	NÍVEL DE ADERÊNCIA	OBSERVAÇÕES
1.0	Governança	O Estatuto da Companhia dispõe sobre (ART. 13):			
1.0	Gestão estratégica	Plano de negócios para o exercício anual seguinte	ART. 23, I DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016; ART. 9º, I DO DECRETO ESTADUAL Nº 32.112/2016		NÃO ADERENTE
1.0	Governança	A constituição e o funcionamento do Conselho de Administração, observa o número mínimo de 7 (sete) membros para empresas com Receita Operacional Bruta acima de R\$ 60.000.000,00	ART. 13, I DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016; ART. 3º, I DO DECRETO ESTADUAL Nº 32.112/2016		TOTALMENTE ADERENTE
1.0	Transparência	Elabora Carta Anual com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos das políticas públicas.	ART. 8º, I DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		TOTALMENTE ADERENTE
2.0	Governança	A constituição e o funcionamento do Conselho Fiscal, que exercerá suas atribuições de modo permanente.	ART. 13, IV DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016; ART. 3º, III DO DECRETO ESTADUAL Nº 32.112/2016		TOTALMENTE ADERENTE
2.0	Transparência	Divulga em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de interesse social	ART. 8º, VI DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		NÃO ADERENTE
2.0	Transparência	A Empresa Pública/Sociedade de Economia Mista observa os seguintes requisitos de transparência:			
2.0	Gestão estratégica	Estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos	ART. 23, II DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016; ART. 9º, II DO DECRETO ESTADUAL Nº 32.112/2016		NÃO ADERENTE

Tabela 19 - Informações Relacionadas às Assertivas da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 32.112/2016 e nº 32.243/2017

ITEM	ÁREA	ASSERTIVAS/LEI 13.303/2016 E DECRETOS ESTADUAIS Nº	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	NÍVEL DE ADERÊNCIA	OBSERVAÇÕES
3.0	Fiscalização da sociedade pelo estado	As demonstrações contábeis auditadas da empresa pública e da sociedade de economia mista são disponibilizadas em seu sítio eletrônico.	ART. 86, § 1º DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		TOTALMENTE ADERENTE
3.0	Governança	O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e não superior a 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.	ART. 13, VI DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016; ART. 3º, IV DO DECRETO ESTADUAL Nº 32.112/2016		TOTALMENTE ADERENTE
3.0	Transparência	Elabora e divulga a política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e	ART. 8º, VII DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		NÃO ADERENTE
4.0	Governança	O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.	ART. 13, VIII DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016; ART. 3º, V DO DECRETO ESTADUAL Nº 32.112/2016		TOTALMENTE ADERENTE
4.0	Transparência	Promove ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as seguintes informações:	ART. 8º, VIII DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		PARCIALMENTE ADERENTE
4.0	Fiscalização da sociedade pelo estado	A empresa pública ou sociedade de economia mista disponibiliza informação completa, mensalmente atualizada, sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento em meio	ART. 88 DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		TOTALMENTE ADERENTE
5.0	Transparência	Divulga toda e qualquer forma de remuneração dos administradores	ART. 12, I DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		TOTALMENTE ADERENTE
5.0	Auditoria interna	Existe Auditoria Interna vinculada diretamente ao Conselho de Administração ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário	ART. 9º, §3º, I DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		NÃO ADERENTE

Tabela 19 - Informações Relacionadas às Assertivas da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 32.112/2016 e nº 32.243/2017

ITEM	ÁREA	ASSERTIVAS/LEI 13.303/2016 E DECRETOS ESTADUAIS Nº	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	NÍVEL DE ADERÊNCIA	OBSERVAÇÕES
6.0	Conselho de administração	As nomeações dos membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente respeitam os requisitos	ART. 17 DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		TOTALMENTE ADERENTE
7.0	Conselho de administração	É garantida a participação, no Conselho de Administração ou equivalente, de representante dos acionistas minoritários	ART. 8º DO DECRETO ESTADUAL Nº 32.112/2016		NÃO SE APLICA
8.0	Conselho de administração	Há no Conselho de Administração representante dos empregados e acionistas	Art. 19 da LEI FEDERAL Nº. 13.303/2016		NÃO SE APLICA
9.0	Gestão estratégica	A diretoria deverá apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração ou equivalente do ano anterior, a quem compete sua aprovação:			
10.0	Licitação	Os procedimentos licitatórios, a pré-qualificação e os contratos disciplinados são divulgados na internet, em portal específico mantido pela Empresa Pública/Sociedade de	ART. 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		PARCIALMENTE ADERENTE
11.0	Contratos	Os contratos celebrados pela Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista possuem todas as cláusulas previstas no Art. 69 da Lei 13.303/2016.	ART. 69 DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		PARCALMENTE ADERENTE
12.0	Aquisição de bens	A relação das aquisições de bens efetivadas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista é publicada semestralmente em sítio eletrônico oficial de acesso irrestrito conforme o art. 48	ART. 48 DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016		TOTALMENTE ADERENTE

* Fonte: Informado pela Própria Empresa

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados estão adstritos aos objetivos e limites estabelecidos no escopo do presente trabalho, não excluindo, porém, eventos relevantes e necessários à análise dos dados e informações objeto deste trabalho.

A ocorrência de quaisquer fatos supervenientes a esse propósito, que venham a ser conhecidos ou para os quais esta CGE seja demandada a se pronunciar, poderão ser objeto de exame posterior.

Documento assinado digitalmente

Francisco Nauber Bernardo Gois
Auditor de Controle Interno

Ítalo José Brígido Coelho
Auditor de Controle Interno